COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 52 MAIO 1990

Austrália de mãos sujas

Enquanto a Austrália avança rapidamente para a implantação do tratado com a Indonésia (na zona B a exploração petrolífera pode começar já este ano), Portugal alterna a dureza verbal com a moleza de acções.

A opinião pública portuguesa e de outros países condena entretanto os pressupostos jurídicos, políticos e morais deste negócio sujo, que rouba aos legítimos donos, os timorenses, o usufruto duma riqueza imensa.

ETAPAS PROCESSUAIS E CALENDÁRIO

O inicio dos debates no Parlamento australiano, em 9 de Maio passado, sobre as propostas de alteração legislativa que darão validade ao acordo firmado entre a Austrália e a Indonésia, referente à disputada zona marítima do «Timor Gap», marcam o inicio da fase de implementação desse acordo e abrem caminho para a etapa seguinte, operacional, que incluirá já a prospecção e exploração petrolífera na área.

As duas peças legislativas em causa (o «**Petroleum Zone of Cooperation Bill**», que trará anexo o texto do acordo e o tornará efectivo e o «**Consequencial Amendements Bill**», que implicará alterações menores à variada legislação australiana, nomeadamente mineira) serão alvo de apreciação das duas câmaras (Câmara dos Representantes e do Senado) durante 3 a 4 semanas em Maio. A sua aprovação é dada como certa pois quer o governo (trabalhista) quer os principais partidos da oposição (Coligação Liberal/Nacional) já lhe expressaram o seu apoio. Estima-se que, no máximo, 20% dos parlamentares (encabeçados por alguns PET - Parlamentaries for East Timor -, democratas e independentes) se lhe oponham.

A importância que, quer a situação, quer a oposição, dão na Austrália à aprovação do tratado é revelada pelo facto da sua discussão ter sido agendada pelo governo logo para o primeiro dia útil de funcionamento desta nova legislatura e pela deslocação que dirigentes oposicionistas fizeram à Indonésia em vésperas das ditas eleições, assegurando aí o seu apoio ao tratado.

Os passos seguintes incluirão o estabelecimento de normas e procedimentos para o funcionamento das duas entidades responsáveis emergentes do tratado (Autoridade Conjunta e o Conselho de Ministros Conjunto) e sua nomeação. Estes orgãos terão a seu cargo a demarcação de áreas de concessão na zona A (a zona disputada), a concluir nos finais de 1990 / 1º trimestre de 1991. Pensa-se que a abertura de consensos de exploração e respectiva adjudicação, nessa zona, poderá estar pronta no segundo trimestre de 1991, o que permitirá iniciar a extracção nos finais desse ano. Quanto à zona B, sob jurisdição australiana exclusiva, o processo será mais rápido (eventualmente ainda este ano).

PORTUGAL: MUITAS PALAVRAS, POUCAS ACÇÕES

Os inícios pareciam auspiciosos: em 12 de Dezembro, o dia seguinte à assinatura do acordo, Portugal assestou baterias sobre a Austrália. Nesse dia e nos seguintes foram entregues processos oficiais em Nova Iorque, junto do Secretário Geral da ONU, e em Camberra ao governo australiano. O director de Negócios Políticos do MNE, Sherman de Macedo, fez o mesmo ao embaixador australiano em Lisboa (chamado às Necessidades) e o embaixador português na Austrália, José Luís Gomes era retido em Lisboa (onde se encontrava, aliás, de férias ...). A nota oficial de protesto do MNE afirmava ir Portugal «**utilizar todos os meios legítimos ao seu alcance**», sem especificar de que meios se tratava; foi todavia mencionada verbalmente na altura por responsáveis do MNE a hipótese do recurso ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia (TIJ).

Na altura foi anunciado na imprensa (**O Independente** de 15/12/89) que Portugal teria solicitado um parecer a cinco juristas nacionais e a «vários» estrangeiros. Quatro desses juristas contactados por aquele semanário, negaram ter sido abordados e quanto aos estrangeiros nada mais foi adiantado.

De então para cá o mutismo do MNE tem sido completo. O assunto foi várias vezes tocado em reuniões havidas nesse departamento, mas nunca houve qualquer indicação das iniciativas actualmente em curso. A própria Comissão Eventual da AR

NESTE NÚMERO:

- **Austrália de mãos sujas**
- **ACP/CEE: pressões e ameaças**
- **Timor, Terra de Esperança**

para acompanhamento da situação em Timor-Leste desconhece, ao que se sabe, o andamento da questão. Os argumentos sucessivamente avançados são de que o assunto é «delicado» e que implica a maior «discrição» de tratamento e de que a sua «complexidade» exige estudos demorados.

SOLIDARIEDADE CRITICA: «O TEMPO ESGOTA-SE»

Face à gravidade da situação criada com o início do debate no Parlamento australiano, várias organizações de solidariedade e ONG portuguesas (**CDPM, A Paz é Possível em Timor-Leste, Movimento Cristão para a Paz, Justiça e Paz para Timor-Leste** e **CIDAC**) emitiram um comunicado criticando a passividade de Portugal e convocando uma conferência de imprensa.

Na opinião daquelas organizações a argumentação do governo não é aceitável.

Efectivamente, houve já tempo suficiente para elaborar todos os estudos necessários: o processo é antigo, pois o acordo «interim» entre a Austrália e a Indonésia data já de Outubro de 1988. Desde então foi produzido um significativo conjunto de pareceres e análises jurídicas sobre o tema, perfeitamente suficientes para orientarem a posição do governo português na questão. É o caso, entre outros, dos estudos de Keith Suter (Professor universitário australiano), Roger Clark (Rutgers University, EUA), Sasha Stepan (Monash University, Austrália), Pinto Leite (Universidade de Leiden, Holanda), Vaughan Lowe, Susan Marks e Robert McCorquodale (todos da Universidade de Cambridge, Inglaterra). Os diversos estudos apontam unanimemente para a inconsistência jurídica do acordo Indonésia / Austrália e para o importante papel que cabe a Portugal no accionamento dos mecanismos legais de contestação à sua validade.

Restam a Portugal várias opções técnicas para o fazer (requerer uma opinião consultiva do TIJ através da AG ou do Conselho de Segurança da ONU, apresentar queixa no quadro da jurisdição compulsiva, etc.). Todas elas têm alguns riscos, embora a generalidade dos especialistas sustentem que Portugal tem boas hipótese de ganhar a disputa. Seja qual for o resultado das deliberações do TIJ, a actuação portuguesa iria na prática bloquear o desenvolvimento da fase operacional, pois a prospecção e exploração mineira ficariam suspensas enquanto o assunto estivesse «sub judice».

OPINIÃO PÚBLICA MOVIMENTA-SE

Na conferência de imprensa, as organizações de solidariedade exigiram do Governo um esclarecimento à opinião pública portuguesa sobre as iniciativas tomadas e as que pretende tomar. A resposta do MNE ficou uma vez mais aquém das expectativas: o seu porta-voz, Marcelo Mathias, limitou-se a remeter os jornalistas para a nota oficial de 12 de Dezembro, adiantando que **«o governo está a ponderar»** os vários aspectos da questão e que **«as medidas julgadas convenientes serão anunciadas no momento oportuno»**. É pouco ...

Foi feito também um apelo ao maior envolvimento na questão dos outros orgãos de soberania, PR (que visitou o próprio TIJ nos finais de 89 e que discutiu a questão do «Timor Gap» com o 1º Ministro em 14 de Dezembro) e AR (a cuja Comissão Eventual o assunto foi levantado pela CDPM em reunião nos finais de 89, tendo sido apresentadas na altura sugestões concretas de trabalho).

O debate no Parlamento australiano deu origem a diversas outras iniciativas de protesto. Assim, na Austrália, foi divulgado no dia 8 de Maio sob a forma de publicidade paga em praticamente todos os diários de maior tiragem, uma carta aberta ao 1º Ministro Bob Hawke, subscrita por mais de duzentas personalidades e organizações australianas e estrangeiras. Era então revelado o conteúdo do parecer elaborado pelos referidos três juristas de Cambridge a pedido de Lord Avbury, dos PET. Nesse dia realizou-se em Londres uma manifestação de protesto em frente ao Alto Comissariado australiano, que teve boa cobertura da comunicação social. Também em Portugal o assunto teve excelente cobertura quer da imprensa, quer da rádio, sendo em alguns casos o tema principal do dia. Para além da citada conferência de imprensa, realizou-se a 17 de Maio uma concentração frente à embaixada australiana em Lisboa, organizada pela Juventude Socialista e que contou também com o apoio da OPJT (organização juvenil da Fretilin).

Segundo informação do GIF (Gabinete de Informação da Fretilin), 160 estudantes timorenses na Indonésia enviaram em 30 de Janeiro uma carta a Mário Soares manifestando a sua condenação do acordo do «Timor Gap». Considerando-o uma violação do Direito Internacional, os estudantes pedem ao PR e ao governo português para levar rapidamente a questão junto do TIJ e para actuar no sentido de impedir a implementação do acordo. □

ACP/CEE: pressões e ameaças

Realizou-se de 19 a 23 de Março último, em Port Moresby, capital da Papua Nova Guiné, a Assembleia Paritária ACP-CEE, forum constituído pelos parlamentares dos Estados membros da Comunidade Económica Europeia e dos países da África, Caraíbas e Pacífico.

Uma delegação de eurodeputados portugueses esteve presente e mais uma vez a questão de Timor-Leste foi levantada. Desta vez, porém, teve que enfrentar o bloco Camberra-Jacarta que, com pressões e ameaças, tentou impedir a discussão do problema.

OS ANTECEDENTES

Foi na reunião realizada em Lisboa, em Outubro de 1987, que a Assembleia aprovou, pela primeira vez e por unanimidade, uma Resolução sobre o problema de Timor. Condenando **«a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia»**, reafirmava **«o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência»** e convidava **«as partes interessadas a solucionar a questão (...) no quadro e segundo os princípios da Carta das Nações Unidas.»**.

No ano seguinte em Madrid, em Setembro, a Assembleia voltou a aprovar uma Resolução, embora já não por unanimidade. Referindo, e condenando, explicitamente **«a invasão e a ocupação colonial de Timor-Leste pela Indonésia»**, apelava **«à realização de um referendo, sob os auspícios de uma entidade internacional imparcial, sem a presença das forças de ocupação, na sequência de uma campanha democrática, e ao início do diálogo entre os Estados directamente interessados, Indonésia e Portugal, este último responsável nos termos da legislação internacional pela legítima administração do território»**.

Poucos meses depois, em Janeiro de 1989, em Bridgetown, Barbados, a Assembleia aprovou nova Resolução sobre Timor-Leste onde, para além de reafirmar pontos de resoluções anteriores, solicitava **«ao Conselho de Ministros** [dos Estados membros da Assembleia Paritária] **que persevere nos seus esforços no sentido de as resoluções do parlamento Europeu e desta Assembleia serem respeitados»**.

A REUNIÃO DA PAPUA NOVA GUINÉ

Era sabido que o ambiente em que iria decorrer a reunião de Port Moresby não seria favorável à discussão e aprovação de uma resolução - por mais recuada que ela fosse - sobre o problema de Timor-Leste.

As relações diplomáticas entre a Indonésia e a Papua Nova Guiné, o país anfitrião, se bem que pautadas por múltiplas declarações de respeito e amizade mútuas, nem sempre têm sido fáceis. Os conflitos provocados pela constante violação da fronteira pela tropa indonésia em perseguição dos guerrilheiros da OPM (organização que luta pela independência da parte ocidental da ilha), a arrogância das autoridades de Jacarta no seu relacionamento com o governo de Port Moresby, a permanente ameaça representada pelo expansionismo javanês, criaram uma relação tensa entre os dois Estados.

Sabia-se, pois, que a Indonésia não deixaria de tirar partido desta situação para tentar impor o seu silêncio sobre a questão.

Mesmo assim, foram apresentadas quatro propostas de resolução: a primeira subscrita pelos eurodeputados portugueses Maria Belo, Torres Couto, Mendes Bota e Barros de Moura; a segunda assinada por quatro eurodeputados, em nome do grupo dos Verdes; a terceira pela Srª Van Putten, eurodeputada socialista holandesa, e a quarta por três eurodeputados do grupo comunista, entre os quais Barros de Moura. Os vários proponentes chegaram, porém, a acordo para a apresentação de uma única resolução, aglutinando os pontos principais de cada uma delas.

Tomando em consideração, entre outros factores, a carta escrita por D.Ximenes Belo a Pérez de Cuellar em 6 de Fevereiro de 1989, as manifestações pacíficas aquando das visitas papal e do Embaixador norte-americano, brutalmente dispersas pelo aparelho repressivo indonésio, e o acordo entre a Indonésia e a Austrália para a exploração das jazidas de petróleo do Mar de Timor, a Resolução:

«1. condena a continuada ocupação ilegítima de Timor-Leste (...);

«2. pede a abertura imediata de um inquérito judicial completo e independente sobre as informações fazendo eco de prisões arbitrárias de manifestantes pacíficos e de sevícias cometidas sobre eles (...);

«3. pede a libertação incondicional dos que foram presos desde 1981, ou antes dessa data, por se terem oposto à ocupação indonésia (...);

«4. convida o secretário geral das Nações Unidas a não se concertar unicamente, na procura de uma solução, com Portugal e a Indonésia mas também com os representantes do povo de Timor-Leste;

«5. condena o acordo entre a Indonésia e a Austrália para a partilha da exploração das jazidas de petróleo de Timor-Leste; (...)

«7. propõe ao Gabinete [da Assembleia Paritária] **a criação de um grupo ad-hoc encarregado de elaborar um relatório sobre a situação em Timor-Leste visando contribuir positivamente para a solução do conflito em Timor-Leste;**

«8. propõe igualmente que o dito relatório estude a possibilidade, sobre o plano jurídico, da adesão de Timor-Leste ao grupo dos Estados ACP, tendo em conta o seu direito à autodeterminação; (...).»

A REACÇÃO DO BLOCO CAMBERRA-JACARTA

A Austrália encontra-se hoje seriamente empenhada no estreitamente dos laços políticos e militares com a Indonésia, como é evidenciado pelas notícias que dão conta dos acordos sobre a concessão mútua de facilidades para utilização de instalações militares, integrados em planos de cooperação mais amplos na área da defesa e segurança. Neste contexto, o tratado sobre a exploração das riquezas do Mar de Timor, para além das vantagens económicas óbvias, vem reforçar este bloco que se quer afirmar como força-charneira entre o Indico e o Pacífico.

E foi como um bloco que reagiram à proposta de resolução sobre Timor-Leste.

O descaramento das pressões exercidas sobre a Assembleia foram ao ponto de as delegações destes dois países andarem a distribuir «memorandos» e «declarações» na própria sala das sessões, o que motivou um forte protesto do eurodeputado português Barros de Moura tendo, por proposta sua, os Co-Presidentes da Assembleia Paritária dirigido cartas de protesto àqueles governos. Segundo este eurodeputado **«os Governos da Papua Nova Guiné e de outros Estados da região foram submetidos a fortes pressões e ameaças do Governo indonésio, no sentido de impedirem a aprovação de qualquer proposta de resolução sobre Timor-Leste. Tais ameaças condicionaram gravemente a liberdade de decisão do próprio Grupo ACP. Por isso, e tendo denunciado os factos à Assembleia e à comunicação social, os autores das propostas decidiram propor que a votação apenas tenha lugar na próxima sessão a realizar na Europa.»**

Um comentário final à hipocrisia patente no «panfleto» distribuído pelas autoridades de Camberra aos participantes na Assembleia.

Os australianos procuraram convencer os presentes - e o mundo - de que o reconhecimento da anexação («acquisition» no original) não significa aprovação das circunstâncias em que decorreu essa anexação. Mais: **«o reconhecimento de jure pela Austrália da anexação de Timor-Leste pela Indonésia tem permitido à Austrália seguir as suas preocupações pelos direitos humanos e o desenvolvimento económico do povo de Timor-Leste de uma forma efectiva e construtiva com as autoridades indonésias»**. E, para o provar, acrescentaram uma lista com os milhões de dólares com que têm andado a encher os bolsos dos corruptos funcionários coloniais de Jacarta, em nome do bem-estar das populações. E a terminar o «panfleto»: **«A conclusão do Tratado de nenhum modo impede os esforços da Austrália a favor dos timorenses. Na verdade, espera-se que relações mais estreitas com a Indonésia em consequência das negociações proporcionará à Austrália uma posição mais influente para ajudar o povo de Timor-Leste».**

Os timorenses, que não são ingratos, não deixarão um dia de agradecer às autoridades de Camberra este interesse desinteressado. □

II Jornadas sobre Timor, Terra de Esperança

De 28 de Abril a 1 de Maio decorreram no Porto as II Jornadas de Timor, organizadas pela Universidade daquela cidade, sob o lema Timor-Leste, Terra de Esperança, **que contaram com a presença e participação de variadas personalidades e organizações, entre os quais Ramalho Eanes, Lemos Pires (último governador português de Timor), Quartim Santos (responsável pela questão a nível do MNE), membros da Comissão Eventual da AR, da comunidade timor radicada em Portugal, da Convergência Nacionalista, professores universitários e académicos de vários países, jornalistas e membros de organizações de solidariedade.**

O elevado nível de qualidade da maioria das comunicações impede-nos de as referir a todas, destacando aqui apenas algumas.

IDENTIDADE CULTURAL

No capítulo da identidade cultural, **Maria Olímpia** e **Henri Campagnolo** falaram da homogeneidade e heterogeneidade dos elementos culturais das diversas etnias, **Francisco Xavier de Meneses** sobre o modo tradicional de protecção do meio ambiente, o Padre **Apolinário Guterres** e **João dos Santos** sobre a organização social e política das aldeias da etnia Bunak.

Lemos Pires sugeriu a criação de um(a) **«Instituto (Fundação) Luso - Timorense»** para aprofundar as relações entre os dois povos e um **«Secretariado Geral dos Assuntos de Timor»** para administrar o património timorense. **Luís da Costa**, da Fundação Austronésia Borja da Costa, defendeu uma maior cooperação do Estado português com esta Fundação e uma política de formação que garanta quadros timorenses para o futuro de Timor.

O **GRITO** - Grupo de Resistência e Intervenção de Timor-Oriental exibiu um espectáculo de música e dança tradicional timorense com o sugestivo título **«O Povo de Timor não pode ser escravo de mais ninguém»**.

A IGREJA EM TIMOR-LESTE

Sobre o papel da Igreja, pronunciaram-se, entre outros, o **Grupo de Solidariedade com Timor-Leste da Lourosa**, o grupo **Paz e Justiça para Timor-Leste** e o grupo **A Paz é Possível em Timor-Leste**.

Fez-se um balanço da visita do Papa a este território, do apoio que elementos da Igreja, protestante e católica, a nível mundial, têm dado à causa de Timor-Leste, e da acção da Igreja Católica local. A propósito desta, recordou-se o seu papel importante que fez com que de 30% de católicos de antes da invasão se passasse aos 80% de hoje. Afirmar-se cristão é também uma forma de se afirmar diferente do ocupante, sociologicamente islâmico, salientou **Ana Nunes** de **A Paz é Possível em Timor-Leste**.

PAPEL DAS AUTORIDADES PORTUGUESAS

Raul de Brito, deputado socialista, criticou o facto de 6 meses depois da assinatura do acordo entre a Austrália e a Indonésia para a exploração do petróleo timorense, ainda não ter sido apresentada queixa no Tribunal Internacional de Justiça de Haia. Defendeu que as conversações entre Portugal e a Indonésia não se deviam limitar à mera visita parlamentar, mas antes inserir-se num plano e numa estratégia mais vastas e que deveria ser apresentada uma proposta global de paz ao Secretário Geral das Nações Unidas, sendo o plano de paz apresentado por Xanana Gusmão ou a proposta de Ramos Horta uma boa base de trabalho para as autoridades portuguesas.

A **CDPM**, por sua vez, considerou que os responsáveis se têm debatido entre a procura de efeitos junto do eleitorado e a necessidade de salvaguarda de fidelidades externas, que lhes impõe uma política pretensamente mais «realista». A política externa portuguesa para a questão tem sido incoerente como foi evidenciado pela votação contra o projecto das Nações Unidas de considerar a década de 90 como a década da descolonização ou quando apoiou a intervenção americana no Panamá. Foram apresentadas propostas para uma definição estratégica da política externa portuguesa para a questão.

MUDANÇAS NA INDONÉSIA

Liem S. Liong, exilado político indonésio, apontou para duas mudanças importantes ocorridas na Indonésia: nas relações Suharto / Forças Armadas indonésias e a nível económico.

Segundo ele, Suharto já não conta com o apoio esmagador dos oficiais das FFAA como aconteceu quando substituiu Sukarno. Um triunvirato de generais - Benny Murdani, Rudini e Edi Sudradjat - pretende suceder-lhe mas nenhum deles sabe ainda que apoio conseguirá na sociedade civil. A esta «troika» se oporá, por um lado um grupo de jovens oficiais que se está a agitar e, por outro lado, Suharto, que não pensa resignar voluntariamente do poder e que está a querer recuperar influência. A única hipótese de mudança política virá da sociedade civil, cujos protestos à volta dos direitos humanos e da agressão a Timor-Leste e Papua Ocidental estão a aumentar.

TIMORENSES INTERVÊM

Foi particularmente notada a participação dos timorenses nestas II Jornadas, como assistentes e como autores de variadas comunicações (essencialmente culturais, mas também políticas).

De realçar as intervenções dos dirigentes da Convergência Nacionalista, Abílio Araújo - segundo o qual o Comandante Xanana Gusmão teria solicitado, através de uma carta a ele pessoalmente dirigida, o seu reingresso na Fretilin - e Vicente Guterres.

Ramos-Horta apresentou também um interessante contributo sobre política diplomática, onde desenvolveu a proposta de realização de mesas-redondas, sem pré-condições, entre todas as partes interessadas. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00 **Registo** DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317